

AÇÕES EFETIVADAS

Ação efetivada	Instrumento	Detalhamento da ação	Análise da ação
Esvaziamento do MMA	MP 870/19, transformada em Lei 13.844 /19 Decreto nº 9672/19 Decreto nº 9667/19	Extinção da Secretaria de Mudanças do Clima	Enfraquecimento da liderança histórica do Brasil na pauta de mudanças climáticas, com esvaziamento da agenda no MMA e no Ministério de Relações Exteriores, com discurso próximo ao negacionismo climático e/ou questionando o fator humano nas mudanças climáticas
		Extinção da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	Risco às ações voltadas a comunidades tradicionais e pequenos agricultores. Programas como o Bolsa Verde, que já vinham perdendo terreno nos últimos anos, podem ficar enfraquecidas.
		Extinção da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental	Prejuízos na articulação com estados e municípios, uma vez que essa secretaria respondia pela coordenação no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)
		Transferência da ANA, Secretaria Nacional de Segurança Hídrica e Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o Ministério de Desenvolvimento Regional	O MMA perde protagonismo ao se afastar da gestão das águas, que é um tema estratégico para o país. Além disto, o olhar sobre a proteção dos recursos hídricos estará prejudicado.
		Transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o MAPA	Afastamento do critério ambiental no controle do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - com implicações potenciais graves nas operações de fiscalização, no controle sobre os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e no controle sobre as concessões florestais gerenciadas pela União
Enfraquecimento em Acordos Internacionais	Ato formalizado à Organização das Nações Unidas (ONU)	Governo retira candidatura para sediar o evento internacional COP25	Além de ser uma uma perda de oportunidade de afirmar o Brasil como uma importante liderança na questão do clima, o gesto é uma clara demonstração da visão de política ambiental defendida pelo governo

	Ato formalizado à Organização das Nações Unidas (ONU)	Governo não assina acordo mundial para limitação a resíduos plásticos	O Brasil fica de fora da iniciativa definida em reunião ocorrida em Genebra, para limitar o volume mundial de resíduos plásticos. O acordo foi assinado por 187 países
Imprecisões nas competências para o Licenciamento Ambiental	Instrução Normativa IN 8/2019 do Ibama.	Instrução Normativa (IN) que disciplina a delegação dos processos de licenciamento ambiental a cargo do Ibama	O Ibama sempre delegou alguns empreendimentos simples, de pequeno impacto potencial, e a IN veio para regulamentar essas ações. Mas a IN não trouxe clareza sobre quais tipos de empreendimentos podem ser delegados. Com essa e outras deficiências, as regras da IN poderão respaldar delegações questionáveis, inclusive com base em decisões políticas
	Decreto nº 9669/19	Criação a Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e Desapropriações, na âmbito da Presidência da República, com função de apoiar o Licenciamento Ambiental de obras estratégicas do PPI	O decreto cria interface (mal resolvida) de atuação entre essa secretaria e a diretoria de licenciamento ambiental do Ibama. A redação é pouco clara sobre as tarefas desse órgão. Inclui no art. 20 do referido decreto atribuições como: "manifestar-se sobre o mérito da documentação ambiental dos empreendimentos qualificados no PPI, e instruir o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos qualificados no PPI para aprovação pela autoridade competente". A secretaria não conseguirá fazer isso com a técnica necessária, pois os analistas do Ibama dificilmente assinarão processos instruídos por outro órgão. O próprio Presidente do Ibama poderá incorrer em restrições para assinar uma licença gerada por um processo desse tipo. Poderá haver fragilização jurídica em tais processos

Enfraquecimento e perda de autonomia do Ibama e ICMBio	Atos Informais e Ofícios Circulares	O MMA proibiu as áreas de comunicação do Ibama e do ICMBio de divulgarem qualquer informação sem antes ouvir o MMA. A comunicação direta com jornalistas está vedada pela chamada "Lei da Mordaza". Além disto, o MMA tem interferido nas competências das autarquias	Com o enfraquecimento da comunicação e menor divulgação das operações de fiscalização, estimulam-se as infrações ambientais. Historicamente, a comunicação tem papel relevante no sistema de comando e controle. E o nível de interferência do MMA nas atividades das autarquias tem causado dificuldade na realização das tarefas e no andamento dos processos em curso. O MMA tem realizado indicações nas superintendências estaduais e, até mesmo, exonerações de pessoas mantidas pelos titulares das duas autarquias alegando vínculo delas com governos anteriores, mesmo sem nenhuma comprovação. Recentemente, o fiscal do Ibama que multou o Presidente da República, em 2012, perdeu o cargo que ocupava. O MMA tem, ainda, pedido a paralização de licitações em curso nas duas autarquias
	Ofício da Presidência do Ibama ao MMA (em resposta a demanda expressa em ofício do MMA à Presidência do Ibama)	Presidente do Ibama ignora análise técnica realizada pela própria equipe do órgão e autoriza leilão de petróleo próximo a Abrolhos, região de alta sensibilidade ambiental	Enfraquecimento dos elementos técnicos que marcam as decisões do Ibama. Tendência a processos de licenciamento mais conflituosos e judicializados. Menor atenção para o impacto e o risco ambiental no licenciamento ambiental. Aumento da pressão política para a liberação de licenças, com interferência do MMA nas decisões da autarquia nesse campo
	Decreto 9760/2019	Criação de núcleo de conciliação com poderes para analisar, mudar o valor e até anular cada multa aplicada pelo Ibama por crimes ambientais	Politização das decisões sobre as multas aplicadas pelo Ibama, com chances de anulação de processos. Dificuldades de operacionalizar todos os processos, gerando quadro de verdadeiro caos administrativo
	Comunicado oficial	Divulgação antecipada dos locais que ocorrerão as operações de fiscalização na Amazônia	A divulgação antecipada compromete o sigilo necessário para a eficácia da ação de fiscalização, na medida que pode alertar os infratores em delito, ou, ainda, prepará-los para enfrentamento aos fiscais

Liberação acelerada de agrotóxicos e esvaziamento de políticas de segurança alimentar e nutricional	Atos da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins/MAPA: ATO Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2019 ATO Nº 4, DE 17 DE JANEIRO DE 2019 ATO Nº 7, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019 ATO Nº 10, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019 ATO Nº 17, DE 19 DE MARÇO DE 2019 ATO Nº 24, DE 09 DE ABRIL DE 2019 ATO Nº 29, DE 29 DE ABRIL DE 2019 ATO Nº 34, DE 16 DE MAIO DE 2019 ATO Nº 42, DE 19 DE JUNHO DE 2019	Desde o começo do ano, já são 239 produtos novos liberados no mercado. Esse volume de aprovações é inédito e preocupante, sendo 43% altamente ou extremamente tóxicos e 31% são de agrotóxicos não permitidos na União Européia. Além dos agrotóxicos já liberados, há 538 novos pedidos de registro acatados pelo novo governo	Contaminação dos solos e da água, aumento dos problemas de saúde humana associados ao uso indiscriminado de agrotóxicos, além do impacto negativo na fauna e flora
	MP 870/19, transformada em Lei 13.844/19	Extinção do CONSEA, que deixou de ser previsto como órgão de assessoramento à Presidência da República. Apesar de ter sido aprovada na MP a recriação do CONSEA pelo Congresso, Bolsonaro vetou a iniciativa	Prejuízos na elaboração de políticas relacionadas à saúde, alimentação e nutrição, bem como no papel da sociedade civil na construção e controle social de propostas voltadas à democratização e segurança alimentar
Redução da participação da sociedade civil	Decreto 9.759/2019 Decreto 9.784/2019	Extingue colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que incluem grupos como comitês e comissões, instituídos via decreto, ato normativo inferior ao decreto e ato de outro colegiado. Ao julgar a validade dos decretos, o STF decidiu que eles não serão válidos para colegiados previstos em lei, incluindo aqueles criados por decreto, mas mencionados em lei posterior	Enfraquecimento das esferas com representações plurais, especialmente as que contam com representantes da sociedade civil, podem implicar em um desmonte sem precedentes na política ambiental
	Decreto 9.806/19	Redução da composição do CONAMA de 96 conselheiros para 23. Restringe a participação de segmentos importantes da sociedade civil, dando grande poder ao governo federal	O Conama tem papel extremamente importante na construção de políticas públicas e na regulamentação das leis ambientais do país. Seu esvaziamento significa enfraquecimento da tomada de decisão de forma plural e participativa

Alterações para enfraquecimento da Lei Florestal 12.651/12 (Código Florestal)	MP 884/19	Reedição da MP 867/18, que perdeu eficácia ao deixar de ser votada pelo Congresso no prazo legal. A medida pode enfraquecer a proteção das nossas florestas e estimular ainda mais o desmatamento, além de prejudicar a economia e a imagem do país. A MP 884/19 é vista, ainda, como inconstitucional, pois não é permitida a reedição de MP com mesmo objeto que já tenha sido rejeitada (ou não votada) pelo Congresso em um mesmo ano legislativo	O texto inicial da MP 884/19 prevê retirar o prazo para inscrição de propriedades no CAR, e já recebeu 35 emendas parlamentares que podem enfraquecer ainda mais o Código Florestal. É o caso de conceder novas anistias a multas ambientais e reduzir o rigor da recomposição de reserva legal, ampliando os benefícios aos proprietários rurais que desmataram ilegalmente. Alterações na Lei florestal resultarão em uma imensa insegurança jurídica
---	-----------	---	---

PROMESSAS

Promessa	Fonte	Detalhamento da promessa	Análise da promessa
Proposta de converter Fundo Amazônia para pagamento de indenizações a desapropriações de terra	https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/25/governo-estuda-usar-fundo-amazonia-para-indenizar-desapropriacoes-de-terra.ghtml https://www.valor.com.br/brasil/6289977/brasil-quer-mudar-governanca-em-fundo-amazonia	As regras atuais do Fundo Amazônia não preveem a utilização de seus recursos para bancar esse tipo de indenização	O conjunto de ilações a mais uma instituição ambiental alimenta a desconfiança nos doadores e o resultado pode ser o fim dos repasses para o Brasil
Proposta de extinguir a Estação Ecológica de Tamoiós	https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/23/em-angra-governo-quer-fazer-de-estacao-ecologica-a-cancun-brasileira.ghtml	Proposta de transformar a área de proteção ambiental em área turística, aos moldes do balneário mexicano de Cancún	
Revisão geral das 334 áreas de proteção ambiental no País	https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,governo-fara-revisao-geral-das-334-areas-de-protecao-ambiental-no-pais,70002822999?utm_source=estadao:whatsapp&utm_medium=link	Em alguns casos, o governo avalia levar adiante a revogação de unidades de conservação, mas isso só pode ser feito por projeto de lei. Na prática, cada mudança teria de passar pelo crivo do Congresso	

<p>Por estradas e portos, governo federal quer reduzir 67 florestas e reservas</p>	<p>https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral.confira-a-lista-das-unidades-de-conservacao-que-o-governo-quer-reduzir.70002868340</p>	<p>Governo pretente reduzir as unidades de conservação para eliminar “interferências” com estruturas existentes e dar “segurança jurídica” para os empreendimentos como estradas federais, ferrovias, portos e aeroportos</p>	<p>A proteção da natureza é tratada como empecilho pelo governo, com desprezo ao caráter técnico e científico das unidades de conservação e desconsideração dos impactos ambientais da proposta</p>
<p>Edição de instrução normativa com novas regras para a destruição de máquinas e veículos pesados em operações de fiscalização contra infrações ambientais</p>	<p>https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/15/governo-vai-editar-norma-sobre-destruicao-de-maquinas-em-operacoes-do-ibama-diz-ministro.ghtml</p>	<p>Enfraquece o decreto de 2008, que estabelece que produtos apreendidos podem ser “destruídos ou inutilizados quando: a medida for necessária para evitar o seu uso e aproveitamento indevidos nas situações em que o transporte e a guarda forem inviáveis em face das circunstâncias; ou possam expor o meio ambiente a riscos significativos ou comprometer a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos na fiscalização</p>	<p>A inutilização de maquinários é prevista em lei. É uma ação rara, que ocorre em cerca de 2% dos casos, quando há impossibilidade de se retirar do local as máquinas e equipamentos que estavam sendo utilizados para ações ilegais, evitando assim q possam operar novamente. Ao repreender o Ibama de cumprir seu papel, o presidente favorece os criminosos que destroem as florestas e roubam o patrimônio natural dos brasileiros</p>
<p>Proposta do Ministro do MMA para converter multas ambientais da Vale</p>	<p>https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2019/04/08/ricardo-salles-quer-transformar-multa-aplicada-a-vale-em-investimentos-nos-parques-de-mg.ghtml</p>	<p>Proposta de converter a multa aplicada pelo Ibama a Vale, pelo rompimento da barragem de Brumadinho, em investimento em parques de Minas Gerais que serão posteriormente entregues a concessão privada</p>	<p>Enfraquecimento dos fundamentos do processo sancionador, com a sinalização de que o descuido com a proteção ambiental e com a vida humana compensa. Descaracterização do instituto da conversão de multas, gerando indefinição entre as esferas administrativa e civil (de reparação de danos). Distorção das finalidades da concessão de áreas em Unidades de Conservação, uma vez que se pretende entregar os parques já com toda a infraestrutura, ou seja, prontos para a iniciativa privada lucrar, sem o ônus de investimento prévio</p>

<p>Enfraquecimento do IBAMA</p>	<p>http://climainfo.org.br/2019/06/13/bolsonaro-falei-para-salles-mete-a-foice-no-ibama/</p> <p>https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/02/ricardo-salles-exonera-21-dos-27-superintendentes-regionais-do-ib.shtml</p> <p>https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/governo-quer-cortar-ate-6-das-11-bases-de-orgao-responsavel-por-70000050005</p>	<p>Bolsonaro: “Ricardo Salles está no lugar certo. Consegue fazer o casamento do Meio Ambiente com a produção. Eu falei para ele: ‘Mete a foice em todo mundo no Ibama. Não quero xiita”, disse.</p>	<p>Em discurso na Fiesp, Bolsonaro demonstra mais uma vez que o objetivo do atual Ministério do Meio Ambiente não é a conservação da natureza. Em fevereiro, Ricardo Salles exonou 21 dos 27 superintendentes regionais do IBAMA. E, recentemente, anunciou que pretende eliminar 6 das 11 coordenadorias regionais do ICMBio</p>
<p>Liberção de terras indígenas para a Mineração</p>	<p>https://www.valor.com.br/empresas/6145777/ministro-diz-que-governo-planeja-liberar-mineracao-em-terras-indigenas</p>	<p>Propõe regulamentação constitucional para liberar a mineração em terras indígenas, por meio de dispositivo ainda não determinado</p>	<p>A mineração é uma atividade altamente impactante, podendo contaminar os cursos d’água, o solo e a fauna e flora locais. Além disso, historicamente, expõe os povos indígenas diretamente afetados a situações de violência</p>
<p>Paralisação da demarcação de terras indígenas</p>	<p>https://www.valor.com.br/politica/6313417/bolsonaro-diz-que-nao-fara-nenhuma-demarcacao-de-terra-indigena</p>	<p>Bolsonaro: “Eu não vou assinar nenhuma nova reserva indígena no Brasil”</p>	<p>As terras indígenas cumprem papel essencial de preservação da biodiversidade, rios, nascentes e solo, dada a convivência harmoniosa entre os povos e a floresta, sendo determinante na contenção do desmatamento e das mudanças climáticas</p>